

Menos pobres pode pagar 'perdão' aos mais pobres

Países como o Brasil, México e Argentina correm o risco de ter de contribuir com mais

Claudia Mancini
São Paulo

A ampliação da Iniciativa para os Países Pobres Extremamente Endividados (ou HIPC, na sigla em inglês) poderá custar caro aos países que não são ricos e nem estão na categoria dos mais miseráveis do planeta — ou seja, para nações como o Brasil, o México e a Argentina e todas as de renda média (e muitas de baixa renda) que tomam empréstimos do Banco Mundial.

É que a iniciativa não se destina apenas a riscar dos livros dos credores, todos formados por governos e instituições multilaterais, os empréstimos concedidos a esses países miseráveis. O objetivo também é dar fôlego para pagamento das dívidas por parte de um conjunto de nações com endividamento considerado muito elevado. A maior parte do perdão das dívidas só deve acontecer depois de um prazo longo

(no caso da ajuda por parte dos organismos multilaterais, pode começar a ser dada após um prazo de seis anos), e se o

ônus continuar pesado mesmo depois do país cumprir metas de desempenho econômico estabelecidas pelo programa. A Bolívia entrou no programa e ganhou o direito a uma assistência para o alívio do peso da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que junto com outros credores (governos e organismos multilaterais) lançou a Iniciativa em 1996. Foi beneficiada com US\$ 30 milhões, depositados numa conta para cobrir os juros que o país deve ao Fundo, que não deixará de receber o crédito. E a ajuda não é imediata.

A ampliação do programa significa um aumento dos custos, que incluem assistência financeira para o cumprimento de metas e eventuais perdões de dívidas. E é aí que a aumenta a conta para os países menos pobres, que poderão ajudar no custo direta ou indiretamente.

Diretamente, os governos dos

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil Latino-Americana

O perdão aos pobres

Custos estimados da Iniciativa PPEE, por tipo de credor - em US\$ bilhã

Créditos	proposta	atual
Bilaterais e comerciais	14,2	6,3
Club de Paris	11,5	5,2
Outros bilaterais oficiais	1,7	1,0
Comerciais	0,9	0,1
Multilaterais	13,3	6,2
Bco. Mundial	5,1	2,4
FMI	2,3	1,2
Bco. Afric. de Desenv.	2,0	1,0
BID	1,0	0,5
Outros	2,9	1,3
Total*	27,4	12,5

*Incluindo-se Libéria, Somália e Sudão, o custo total é de US\$ 36,1 bilhões na estrutura proposta e de US\$ 19 bilhões na estrutura atual.

Fonte: FMI

países menos pobres podem vir a contribuir como doadores de recursos. Indiretamente, podem pagar taxas de juros mais elevadas por seus empréstimos junto ao Bird — outra forma de reunir dinheiro para a Iniciativa. Representantes de países menos pobres disseram não concordar com uma sobrecarga nas suas dívidas externas para ajudar os mais pobres. Foi o que ocorreu em 1996. Na época, para se levantar fundos para a bancá-la, houve, por exemplo, redução de

benefícios de taxas de juros inicialmente previstas em empréstimos do Banco Mundial.

Pela estrutura atual da Iniciativa

seriam beneficiados mais ou menos 30 países. O custo previsto da operação-socorro é de US\$ 12,5 bilhões (em valores atualizados em 1998 de dívidas a vencer). Com a expansão do programa, a estimativa sobe para US\$ 27,4 bilhões e o número de países pode chegar a 40.

Como um dos pré-requisitos para entrar no programa é estar em dia com os pagamentos ao Banco Mundial e FMI, alguns países

correm o risco de não ser elegíveis, mesmo sendo muito pobres e tendo dívidas pesadíssimas. Se acertarem as contas com as duas instituições, poderão então participar, e o custo do programa subiria para US\$ 36 bilhões, diz um funcionário do governo brasileiro.

O problema é que o Banco

Mundial e outros organismos de desenvolvimento já disseram que não têm como arcar com os custos de uma Iniciativa ampliada sem aporte de recursos de doadores. O Brasil, por exemplo, é considerado país doador. Além disso, como tem empréstimos junto ao banco, é também devedor, como outros latino-americanos, e poderia contribuir indiretamente, via aumento dos custos desses créditos.

Além disso, nações como o Brasil poderão participar da nova iniciativa através do perdão de créditos bilaterais concedidos aos países muito pobres. Esses créditos do Brasil, todos comerciais, superam US\$ 2 bilhões. De acordo com um documento do FMI, espera-se que credores comerciais concordem com a iniciativa de redução do ônus das dívidas dos países mais pobres.

Há outros casos em que países menos pobres tiveram que fazer contribuições por pressão externa. Em meados deste ano, o Brasil deu US\$ 700 milhões para o Fundo de Operações Especiais do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. O dinheiro fazia parte de recursos que os países mais ricos, EUA à frente, obrigaram os menos pobres a usar para empréstimos a terceiras nações, e não para créditos a eles mesmos, como acontecia.

A ampliação do programa deve-se, basicamente, a mudanças nos pré-requisitos para participar dele. Por exemplo, propõe-se que para ter direito à assistência, a participação da dívida sobre as exportações de um país devem cair dos atuais 200% a 250% para 150%. A idéia é também diminuir de seis para três anos o prazo máximo para que organismos multilaterais comecem a participar do alívio das dívidas.

E incluir metas sociais, além das econômicas, a ser atingidas. A revisão do programa ocorre por considerar-se que ela não é

abrangente, profunda e rápida.

A participação do FMI na possível nova estrutura parece estar mais bem resolvida. A maior parte de sua fatia viria da venda de reservas de ouro, o que ainda precisa de aprovação do seu board de governadores. O restante viria de recursos que os países têm no Fundo. ■

O custo da assistência pode subir dos atuais US\$ 12,5 bilhões para US\$ 36 bilhões